

Intervenções cotidianas em nome do bem-estar dos assistidos: o *biopoder* nas vilas operárias.

ANA LUCIA VIEIRA¹

é verdade que o pastor dirige todo o rebanho, mas ele só pode dirigi-lo bem na medida em que não haja uma só ovelha que lhe possa escapar.²

Michel Foucault.

O pós 1930, no Brasil, é marcado pela emergência no campo das práticas discursivas de uma concepção de Estado comprometido com o bem-estar da população e concomitantemente desafiado a implantar medidas aceleradoras da produtividade pela via da industrialização. A *questão social* anteriormente discutida e tratada de forma mais efetiva em associações caritativas vinculadas a Igreja e corporações operárias, passa a ocupar posição privilegiada nos debates e medidas acionadas pelo Estado junto à sociedade. Uma mobilização em torno de um conjunto de ações junto aos trabalhadores assalariados visando à incorporação desse segmento ao projeto de desenvolvimento nacional traçado pelo Estado e empresários. Observa-se então a produção intensa de mecanismos de regulação não mais pautados pela repressão e exclusão, mas por estratégias de enquadramento de um grupo social – o operariado - no que se estabelece como útil e adequado a toda população, ou nos termos colocados pelo Estado e empresários, em benefício da Nação.

A reflexão em torno desses procedimentos remete as discussões de Michel Foucault acerca da emergência da *biopolítica* - nos liames do *biopoder* - como uma tecnologia política multiforme que age de uma forma concreta, materializada nas práticas discursivas e articulando-se a saberes sobre corpos individuais e coletivos, disciplinando, regulando e normalizando. Ou seja, o *biopoder* possui efeitos disciplinares e reguladores que permitem assegurar não apenas a vida, mas, e principalmente, a *otimização* da vida. (FOUCAULT, 1999: 299)

¹ Doutoranda em História Política na Pós-Graduação em História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Bolsista da Capes.

² FOUCAULT, Michel. *Segurança, Território e População*. São Paulo: Martins Fontes, 2008, p. 172. Trad. Eduardo Brandão.

A existência de uma política assistencialista se acelera a partir dos grandes movimentos sociais do primeiro pós-guerra. A maioria das empresas de maior porte propiciava aos seus empregados – de forma mais ou menos ampla – uma série de esforços assistenciais. São as vilas operárias, ambulatórios, creches, escolas, etc. O uso desses equipamentos, em geral gratuito, ou a preço muito reduzido tem uma contrapartida constante no rebaixamento salarial ante as empresas do mesmo ramo que não os possuam e a sujeição ao controle da sua vida cotidiana, política e reivindicatória. Apesar de sempre aparecerem sob uma aura paternalista e benemerente, constitui-se numa atividade extremamente racionalizada, que busca aliar o controle social ao incremento da produtividade e aumento da exploração. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2007: 139)

Mas não bastava disponibilizar os “benefícios” sociais, fazia-se necessário um acompanhamento do modo de utilização dessas iniciativas e dos resultados obtidos. Em alguns casos isso era realizado pelas *visitadoras sociais* que além de atuarem na fiscalização, também estavam incumbidas da tarefa de reeducação de hábitos e comportamentos em nome do bem-estar desses assistidos.

Em relação à Companhia Nova América³, a presença das *visitadoras sociais* no cotidiano dos funcionários é descrita em textos e imagens nos Boletins produzidos por funcionários da Fábrica. Nesses periódicos essas mulheres são apresentadas como pessoas imbuídas de uma missão: zelar pelo bem-estar da comunidade fabril da Cia Nova América. Busca-se fazer com que a vigilância exterior pudesse ser acoplada à interiorização dos padrões dominantes, transformando, assim, o controle externo em um tipo de vida incorporada pelo próprio trabalhador. Essa estratégia aproxima-se do que Michel Foucault identifica como sendo o exercício do *poder pastoral*, intervenções que se definem pelo “bem-fazer”, é um poder que se efetua pela prestação de serviços, pelo cuidado contínuo, pela dedicação incansável, por uma ação ampla e permanente sobre o modo de pensar e de ser do outro. (FOUCAULT, 2008:169-172)

Essas ações aconteciam em intervenções contínuas em todas as áreas de convivência do operariado objetivando pela “pesquisa e catalogação de seu modo de

³ Em 1924 era inaugurada a Companhia Nacional de Tecidos Nova América. Construída em estilo inglês, a Fábrica ocupava um vasto terreno ao longo da Avenida Automóvel Clube, que era a Rio-Petrópolis da época, atualmente bairro Del Castilho. (Associação Atlética Nova América. Revista de Divulgação Bimestral, n.39, jul.-ago. 1972, p.10).

vida e de pensar o mundo” um saber sobre essas pessoas que possibilitasse uma intervenção eficaz nos aspectos desviantes, segundo as expectativas construídas naquele período em torno do operariado. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2007: p. 211). Uma economia de poder centrada no governo das condutas objetivando um maior resultado com um mínimo de esforço.

Essas práticas estiveram presentes e fizeram parte do processo de constituição do “trabalhador social”, ou em outras palavras, da formação de um grupo de pessoas dedicadas ao ofício da assistência social,

É assim que, no decorrer de uma visita domiciliar, a visitadora intervém em todos os domínios – os cuidados com a casa, o orçamento, o pagamento do aluguel, a higiene corporal, a autoridade da mãe sobre os filhos, a decoração das paredes, fará, se necessário, desdobrar os lençóis ou abrir o armário. (VERDÈS-LEROUX, 1986: 33).

Importante também, no caso do Brasil, foi a influência advinda das escolas norte-americanas nas quais os conteúdos curriculares estavam direcionados as matérias aplicadas do Serviço Social e priorizavam as discussões em torno das formas de abordagens (entrevistas) e do tratamento de casos, ou seja, uma tendência em tratar isoladamente grupos de indivíduos e suas famílias. Nesta perspectiva o diagnóstico junto à população alvo do Serviço Social irá privilegiar o histórico familiar e individual ao mesmo tempo em que se silenciam em relação às questões socioeconômicas na quais se acham inseridos esses grupos sociais. (LIMA, 1982)

Como ponto de partida e legitimação dessas intervenções, a ideia de que a pobreza e consequências eram as causas dos “desajustamentos” verificados em condutas que destoavam do padrão, ou da “normalidade”, estabelecida como apropriada para um trabalhador e cidadão. (VIEIRA, 1977: 144). Em relação ao operariado o diagnóstico era taxativo: o trabalho nas fábricas resulta em lares destroçados e famílias mal ajustadas. O que predominava era o movimento nos sentido de resguardar e inculcar nas pessoas um conjunto de tradições e valores que governavam a sociedade e ao qual o indivíduo devia se ajustar, acomodar ou se integrar. (PINHEIRO, 1985: 16-18).

Configura-se neste período uma estratégia de familiarização das camadas populares (DONZELOT, 1980: 42) na elevação do papel social da mulher dentro do lar como educadora familiar e principal responsável pela higienização dos costumes, dos hábitos, da implantação de um novo modo de pensar o ambiente doméstico em sua relação com o mundo do trabalho assalariado. A mulher esposa e mãe representa

o elo necessário entre os saberes produzidos no ambiente científico sobre os métodos de preservação e otimização da mão-de-obra operária e o a aplicação desses conhecimentos ambiente na vida intrafamiliar. Por exemplo, o Estado Novo estabelecia a família, constituída pelo casamento indissolúvel e sob a proteção especial do Estado, como uma das principais colunas de sustentação do governo. A constituição da Comissão Nacional de Proteção da Família em 1939 e depois a elaboração do Decreto-Lei 3.200 de 19 de abril de 1941 pretendia pela normatização das relações intrafamiliares – prescrevendo o papel da mulher e suas responsabilidades e investindo na educação infantil – e também por medidas de proteção pelo controle da política da previdência social, integrar de forma controlada os setores da população mais pobre ao projeto político-econômico implementado pelo Estado. Os efeitos não se restringem as ações políticas estatais, mas podem ser observadas na divulgação maciça em periódicos que circulavam nas fábricas e vilas operárias, como identificado nas advertências do Departamento Médico da Cia Nova América a respeito da saúde dos bebês, filhos de operários da fábrica, “a ignorância das mães em relação à alimentação é a causa principal da grande mortalidade infantil” (BOLETIM, 1945: 4), e asseguravam que mantendo seus filhos saudáveis, essas mães operárias estão concorrendo para o aperfeiçoamento da raça, formando assim uma juventude sadia e forte que será no futuro o orgulho e grandeza do Brasil. (BOLETIM, 1945: 12)

Constata-se assim, que na política de cariz social implementada pela Cia Nova América, a vila operária Cidade Jardim Nova América ocupa um lugar de destaque em função das intervenções realizadas pelas *visitadoras sociais*. Textos e imagens nos Boletins referentes ao projeto de construção das casas na vila operária, sob a responsabilidade do Departamento de Engenharia da Cia Nova América, apontam para a necessidade de uma ação educativa quanto à utilização adequada dos aposentos para o descanso e renovo da força física. Estabelece-se uma *liberdade vigiada*, controlada tanto pela presença regular das visitadoras, quanto pela inculcação das normas e valores divulgados por uma ótica higienista que torna o espaço privado território de utilidade pública,

a casa suja é incompatível com a saúde dos moradores. Costuma-se mesmo, pelo asseio da habitação, avaliar-se o zelo da dona de casa. O asseio, por si só, é suficiente para evitar a criação de ratos, baratas e percevejos, pulgas e outras pragas prejudiciais à economia e perigosas à saúde (BOLETIM, 1945:8)

Com moradias próximas, padronizadas, e a custos pequenos, a vila operária Cidade Jardim Nova América era ocupada por funcionários previamente selecionados pela administração, segundo critérios vinculados ao tempo de serviço e quantidade de familiares trabalhando na Fábrica. Naturalmente que um maior tempo de serviço subtendia uma maior adequação desses funcionários ao ritmo de produtividade da Fábrica incluindo o cumprimento das normas estabelecidas em todos os espaços pertencentes à Cia Nova América. Submeter-se ao regulamento interno implicava, além de um comportamento disciplinado no espaço da Fábrica, a obediência aos preceitos de higiene e conservação das casas, sob a pena de perda de direito à moradia. Cada morador era responsável pelos danos causados no prédio, e as despesas com os reparos eram descontados do salário. Não era permitido residir pessoas que não trabalhassem na fábrica, e nem sublocar quartos ou partes da casa. Construída de forma contígua à fábrica, e estrategicamente distante da área urbana e seus atrativos desperdiçadores de energia, a vila operária responde como mecanismo de inserção a uma nova ordem e utilização de espaços, do tempo, e dos corpos.

Além de registrar o estado de conservação do interior das casas, as visitadoras sociais averiguavam, também, a prática de plantio de hortas no quintal dos fundos e as condições do jardim obrigatoriamente cultivado a frente de todas as residências na vila operária. Aliás, a Fábrica se compromete a premiar as casas e jardins melhor conservados, concurso no qual o Sr. Paulino José de Oliveira se declara sério concorrente. (BOLETIM, 1950: 11). A existência desse jardim parecia ter como função embasar o discurso produzido em torno da vila operária como lugar de merecido e aprazível descanso e revigoramento físico dos trabalhadores. A família operária, sem um lar, jamais estaria completa: “casa e família eram praticamente a mesma coisa”. (GOMES, 1988: 264).

Portanto, munidas de uma prancheta, as visitadoras sociais, em visitas quase que diárias, além de percorrer as casas fiscalizando o estado de preservação das dependências das residências, a quantidade de moradores em cada casa, a forma de utilização dos espaços externos – quintal e jardim – ocupavam-se principalmente do cumprimento das orientações de higiene e cuidados com a saúde física e mental recomendadas pelo Departamento Médico da Cia Nova América. Tudo era

minuciosamente anotado e reportado à administração da Fábrica, inclusive a maneira como eram recebidas nessas casas pelos operários e suas famílias.

Os informes divulgados nos Boletins pelo Departamento Médico da Companhia Nova América orientam as intervenções das visitadoras junto às operárias esposas e mães. O vínculo entre a capacidade produtiva e reprodutiva dessas mulheres com um projeto político social de alcance nacional era insistentemente reafirmado. As orientações e admoestações presentes em todos os Boletins enfatizavam a responsabilidade dessas operárias mantendo lares limpos e harmoniosos proporcionando assim o clima adequado para a reposição da energia necessária ao trabalho.

Em relação aos pequenos, filhos de funcionários, o cuidado inicia-se já no período do nascimento. A chegada de um bebê no seio de uma família operária era razão suficiente para a mobilização dessas funcionárias que rapidamente faziam-se presente com um estojo de *toilette* para o recém-nascido e uma lista de orientações à nova mamãe. Assim que tenha um pouco mais de idade, o bebe será encaminhado à creche da Cia Nova América, liberando a mamãe operária para voltar ao trabalho na Fábrica. (BOLETIM, 1945: 9)

Essas intervenções demonstram o nível de intervenção dessas agentes sociais no cotidiano dos operários residentes na vila operária. O cotidiano, por este viés, é o lugar onde o poder disciplinar tanto investe quanto extrai: o olhar esmiuçante das inspeções, o controle das mínimas parcelas da vida e do corpo, um tipo de racionalidade e técnicas de controle pelo cálculo sobre o ínfimo e o infinito, uma associação da disciplina às minúcias dos regulamentos. Nisso se constitui o que Foucault denomina de uma nova *microfísica do poder*, ou seja, dispositivos de disciplina e controle sobre o corpo e mente das pessoas de forma sub-reptícia, sutil, aparentemente inofensivas, mas que exercem uma coerção contínua e difusa em tudo e nos mínimos detalhes, é a normalização das condutas. (FOUCAULT, 2002: 120,121).

As mudanças conduzidas pelo Estado varguista no campo político-econômico e com amplo apoio dos industriais e liderança da Igreja Católica, repercutiram na retomada de forma incisiva nos discursos da representação simbólica da “mulher ideal” dedicada às atividades do lar, sem, contudo significar a retração dessa mulher no mundo do trabalho assalariado. Fazia-se necessário conciliar as funções de esposa e mãe com o

trabalho no interior das fábricas. Para tanto, era preciso criar mecanismos de regulação dessas relações sociais em todos os níveis, seja no espaço público quanto no privado.

Inúmeras pesquisas sobre a inserção da mulher no processo de industrialização têxtil no Brasil, do final do séc. XIX às primeiras décadas do séc. XX, identificaram discursos e práticas fomentadoras da divisão sexual do trabalho privilegiando o potencial de produção masculino sobre o feminino. Divisão sexual entendido como o modo pelo qual homens e mulheres, em função do respectivo sexo, são direcionados a diferentes atividades, com retorno diferenciado e desproporcional no caso da mulher. Esses trabalhos constataram a desigualdade tanto no campo material, quanto simbólico de valoração, como também, o caráter desestabilizador dessa situação na organização das relações familiares. As medidas reguladoras do trabalho reafirmavam modelos de masculinidade e feminilidade estabelecidas como padrão: o homem como fonte inesgotável de energia levado à exaustão em nome da virilidade; e a mulher, lugar por excelência da reprodução biológica e social.

Essa convivência é permeada de tensões e ambiguidades, pois,

a política do Estado com relação à mulher foi sempre bastante contraditória: de um lado reforçava sua permanência no lar e fim de garantir a tarefa reprodutiva e, de outro, saudava-a como exercito industrial de reserva, a fim de que pudesse lançar mão de seu trabalho sempre que necessário aos interesses da Nação. (ROCHA-COUTINHO, 1994: 95)

Se anteriormente as mulheres eram acusadas de abandonarem seus lares inserindo-se de maneira imprudente no mercado de trabalho assalariado, agora são incentivadas a dar conta de múltiplas jornadas de trabalho, respondendo inclusive como principais responsáveis pela geração e manutenção de uma mão-de-obra industrial. Esse quadro é explicitado nas práticas discursivas nos Boletins e nas ações da empresa junto ao operariado. Se por um lado, ela é operária da fábrica, por outro, ela é esposa e mãe de operários. E, nesse contexto, entra a categoria família, elemento chave na política de trabalho e “cooperação” que a Companhia Nova América desenvolve entre patrões e operários. Na seção “Páginas Femininas” todo o direcionamento é para a “mulher do operário”. São dicas de orientações para banhos, alimentação dos filhos, cuidado com ferimentos, orientações para usar o ferro de engomar e tirar manchas, etc.

Por outro lado, o processo de construção social da masculinidade está fortemente ancorado no conflito capital-trabalho, pois, o trabalho funciona, em uma sociedade capitalista, como uma das principais referências no processo de construção de

comportamentos dos homens. As relações com o trabalho e de trabalho no cotidiano tem sido utilizado pelos próprios homens para alimentar as disputas e os jogos de poder, “tendem a olhar uns para os outros buscando classificações, ou comparações, na tentativa de reiterar o padrão definido para seus comportamentos naquele contexto”. (NOLASCO, 1995, p.58)

Em relação a Cia Nova América a ação de ordenação do cotidiano desses operários implica não somente a monitoração do tempo e espaço por esses trabalhadores, mas faz-se principalmente pela inculcação de um novo modo de vida adaptado aos métodos e metas estabelecidas pelo trabalho industrial. Esses movimentos caracterizam-se por uma vigilância contínua habilmente articulada a capacidade desses mecanismos de controle de interagir e se refazer em suas práticas, pelo contato constante com as pessoas e situações observadas. Enfim, uma vigilância permanente e ampla em todos os aspectos da vida das pessoas endossada, no caso das *visitadoras sociais*, pela justificação profissional. (VERDÈS-LEROUX, 1986: 31). Desta forma, o controle é estrategicamente efetivado pela persuasão e rearranjos diários do comportamento e hábitos das pessoas.

Concluindo, este trabalho busca provocar o debate acerca das práticas de assistência e reeducação dos operários levados a efeito pelas *visitadoras sociais* no espaço das fábricas e vilas operárias, lembrando que toda profissão emerge como resposta a determinadas necessidades sociais e/ou legitimam práticas já existentes informalmente. Acompanhar essa trajetória possibilita uma aproximação dos elementos político-sociais envolvidos neste processo e que fazem parte de determinada conjuntura histórica.

A ação de ordenação do cotidiano desses operários implica não somente a monitoração do tempo e espaço por esses agentes sociais, mas faz-se principalmente pela inculcação de um novo modo de vida adaptado aos métodos e metas estabelecidas pelo trabalho industrial. A coerção é estrategicamente efetivada pela persuasão e rearranjos diários do comportamento e hábitos das pessoas. Esses movimentos caracterizam-se por uma vigilância contínua, habilmente articulada a capacidade desses mecanismos de controle de interagir e se refazer em suas práticas, pelo contato constante com as pessoas e situações observadas.

Essas estratégias de *biopoder* interferem na existência das pessoas: vigiam os movimentos, administram a força de trabalho, perscrutam os aspectos mais ínfimos do cotidiano, controlam os aspectos mais íntimos da vida das pessoas. Procura-se, então, com esse trabalho problematizar essas estratégias de poder que reproduzem e afirmam um tipo de racionalidade que, em nome do bem estar social, programam e põem em funcionamento mecanismos de disciplinarização e regulamentação dos trabalhadores assalariados urbanos deste período. Não se trata de negar a existência de problemas graves identificados pelos sanitaristas deste período, mas de apontar a utilização desses dados como instrumentos de controle de uma parcela significativa da sociedade em nome das exigências impositivas do bem-estar coletivo.

REFERÊNCIAS

- DONZELOT, Jacques. *A Polícia das Famílias*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1980.
- FOUCAULT, Michel. *Em Defesa da Sociedade: Curso no Collège de France (1975-1976)*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- _____. *Vigiar e Punir: história da violência nas prisões*. 25 ed. Petrópolis: Vozes, 2002.
- _____. *Nascimento da Biopolítica*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- GOMES, Ângela de Castro. *A Invenção do Trabalhismo*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.
- IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul. *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. 20ª ed. São Paulo: Cortez, 2007.
- LIMA, Arlete Alves. *Serviço Social no Brasil: ideologia de uma década*. São Paulo: Cortez, 1982.
- PINHEIRO, Maria Esolina. *Serviço Social: infância e juventude desvalidas*. São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro: Centro de Produção da UERJ, 1985.
- ROCHA – COUTINHO, Maria Lúcia. *Tecendo por trás dos panos: a mulher brasileira nas relações familiares*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.
- VERDÈS-LEROUX, Jeannine. *Trabalhador Social: prática, hábitos, ethos, formas de intervenção*. São Paulo: Cortez, 1986.
- VIEIRA, Balbina Otoni. *História do Serviço Social: contribuição para a construção de sua teoria*. Rio de Janeiro, Agir, 1977.

PERIÓDICOS:

ASSOCIAÇÃO ATLÉTICA NOVA AMÉRICA. Julho e Agosto de 1972, n. 39. Revista de Divulgação Bimestral.

BOLETIM DA ASSOCIAÇÃO ATLÉTICA NOVA AMÉRICA. Departamento Médico. Janeiro de 1945. Ano 2 , n. 3.

_____. Departamento Médico. Outubro de 1945. Ano 2, n.12.

_____. Departamento Médico. Fevereiro de 1945. Ano 1, n. 4.

_____. Departamento Médico. Março de 1950. Ano 7, n. 65.

_____. *Chegada de Bebês*. Páginas Femininas. Setembro de 1951. Ano 8, n.83.